



Ata 3ª Reunião Fórum Desmatamento da Coalizão Brasil em 2020 – 20.10.2020

Participantes: Alessandra Fajardo (Bayer), Alex Marega (SEMA/MT), Alexandra Freitas (Proforest), Alexandre Lunardelli, Ana Lucia Assad (Associação Brasileira de Estudos das Abelhas), André Guimarães (IPAM), Andrea Werneburg (TFA), Andreia Bonzo (Pinheiro Neto Advogados), Anna Livia Arrida (Human Rights Watch), Bruna Emanuela (Bayer), Caio Pompeia (USP), Camila Dias (Insper), Carla Gheler-Costa (Assessora do Dep Rodrigo Agostinho), Carlos Sodré (ATVOS), Carolina Rolim (TNC), Conceição Faheina (IADH - Instituto de Assessoria ao Desenvolvimento Humano), Eduardo Caldas (TFA), Eduardo Roxo (Atina), Fabiana Figueiró (Souto Correa Advogados), Fabiana Reguero (Amaggi), Fabiola Zerbini (TFA), Francisco Matturo (Abag), Iris Amati (BioRevita), Jeanicolau Lacerda (Precious Woods), Juliana Lopes (Amaggi), Kalil Cury (Partner Desenvolvimento), Klaus Maciel (Vicente e Maciel Advogados), Kleber Santos (MAPA), Laila Pinheiro, Laila Vaz (CHS), Leonardo Sobral (Imaflora), Livio (Graduate Institute), Lucho Brena, Luciana Téllez (Human Rights Watch), Manoel Vicente Valentim (UNICID), Márcia Cardelli (Cargill), Marcus Vinicius Alves (SFB), Maria Eduarda (Maria Parceria), Michele Cotta (Centroclima/UFRJ), Miguel Milinski (DAAE Rio Claro), Moacir José Sales Medrado (Embrapa), Monica Alcantara (ATVOS), Mônica Dias (Audsat), Natalia Pasishnyk, Orlando Editore (Proactiva), Paloma Moura (Audsat), Patrícia Guimarães, Paula Bernasconi (ICV), Paulo Moutinho (IPAM), Rafaela Kern (Souto Correa Advogados), Raíssa (CLUA Brasil), Ricardo Santos (ME), Roberto Marinho (ATA), (Deputado Federal) Rodrigo Agostinho, Sergio de Faria (Embrapa), Simone Gonçalves (Abiec), Tarcisio Feitosa da Silva (CLUA), Tatiana Botelho (CLUA), Tatiane Assali (CEBDS), Tulio Dias (Agropalma), Vanderlei Perez Canhos (CRIA - Centro de Referência em Informação Ambiental), Vagner Camilotti (CAEB-SJC), Yeda Malheiros de Oliveira (Embrapa), Fernanda Macedo (Coalizão Brasil), Laura Lamonica (Coalizão Brasil), Joice Oliveira (Coalizão Brasil) e Maiara Beckrich (Coalizão Brasil)

Atualizações das Forças Tarefas do Fórum Desmatamento

FT Dados Desmatamento

- A FT foi criada com o objetivo de sistematizar dados de desmatamento, a partir da identificação das principais dúvidas do setor produtivo e das lacunas de informações existentes, de modo a produzir um material que seja útil para a tomada de decisão do setor. A ideia não é replicar os dados existentes, mas complementá-los e oferecer um olhar que auxilie os atores do setor privado a utilizarem essa informação em suas cadeias.
- A FT avaliou que a melhor forma de iniciar este trabalho seria realizar uma pesquisa, direcionada ao setor privado, que ajude a mapear as principais dúvidas e informações de maior relevância na visão do setor no que se refere aos dados de desmatamento. O [questionário](#) foi enviado para nossa rede no dia 20 de outubro, com prazo para contribuições até 30 de novembro. O próximo passo será sistematizar as respostas do questionário e a discutir dentro da FT qual o melhor formato para o documento.

FT Rastreabilidade da Carne

- Essa FT surgiu a partir de um evento do Amazônia Possível sobre o tema na Climate Week de NY em 2019 e tem como objetivo elencar desafios e oportunidades da rastreabilidade



na cadeia da carne. Com coliderança de WWF e JBS, a FT conta com o equilíbrio em representação de organizações da sociedade civil, setor produtivo e academia.

- A maior entrega até o momento foi a realização do estudo [“A rastreabilidade da cadeia da carne bovina no Brasil”](#), conduzido pela consultoria Agrosuisse com acompanhamento da FT. As recomendações do estudo sobre como o país pode avançar no tema foram apresentadas em evento da Climate Week NY de 2020, com a participação dos líderes, Bianca Nakamoto e Marcio Nappo, além de Christopher Wells, Head Global de Risco Ambiental do Santander e dos facilitadores da Coalizão, André Guimarães e Marcello Brito.
- Como próximo passo, a FT deve analisar os outputs do estudo, de modo a definir quais são as ações que devemos utilizar como insumo para nossa atuação de advocacy futura. Também estamos avaliando a possibilidade de realizar um novo estudo, focado em avaliar como o Brasil pode efetivar a tecnificação da pecuária de acordo com o aumento e especificidade da demanda chinesa. A ideia é puxar a demanda chinesa como impulsionador da melhora da produtividade brasileira, a partir de um aumento na qualidade do gado que não prescindia de abertura de novas áreas.

FT Florestas Públicas Não Destinadas

- A lei de gestão de florestas públicas de 2006 prevê a alocação de terras não destinadas pelos governos estaduais e federal. Infelizmente, o processo tem sido lento, deixando cerca de 64 milhões de hectares (14% do bioma amazônico), desprotegidos face à grilagem de terras, especialmente nos últimos anos. Este contexto tem mudado o perfil de desmatamento na Amazônia, antes concentrado em áreas privadas e agora migrando para as áreas públicas. Quase metade do desmatamento registrado em 2019 foi em terras públicas, o que fundamentalmente representa roubo de patrimônio público.
- Em levantamento realizado pela FT, a partir de dados do SFB, observamos uma sobreposição de cerca de 14 milhões de hectares com outras categorias. Eliminando essa sobreposição, ainda temos cerca de 50 milhões de hectares de florestas públicas não destinadas, dos quais 11 milhões foram declarados em CAR. É urgente que estes CARs sejam suspensos, inclusive dado que são frequentemente usados na obtenção de crédito que comprovadamente facilita a ocupação ilegal dos territórios.
- É possível avaliar as áreas não destinadas em três eixos: econômico, ecossistêmico e social. O olhar para o aspecto social é essencial já que nestas áreas existem comunidades indígenas isoladas e quilombolas. Do ponto de vista econômico, existe grande potencial nas concessões florestais, que podem promover a produção florestal sustentável. Do ponto de vista ecossistêmico, a conservação da floresta garante o bombeamento da água para o país. Com o avanço do desmatamento, todo o sistema de irrigação do agronegócio é prejudicado, afetando diretamente o setor produtivo. Neste sentido, o engajamento de atores do setor privado no combate ao desmatamento é central.
- No que se refere ao papel do setor financeiro no combate ao desmatamento, sabemos que uma boa parte do avanço do desmatamento está relacionado à não checagem do CAR na concessão de crédito. Nesse sentido, uma plataforma na qual os bancos possam consultar – a partir do CAR – se a área está dentro de uma floresta pública seria bastante útil.



Ações para queda rápida do desmatamento

- Um comitê com membros do GE e lideranças do Fórum de Desmatamento elaborou o [documento](#) que apresenta seis ações para intervir nas causas do avanço do desmatamento:
 1. *Retomada e intensificação da fiscalização, com rápida e exemplar responsabilização pelos ilícitos ambientais identificados;*
 2. *Suspensão dos registros de CAR que incidem sobre florestas públicas e responsabilização por eventuais desmatamentos ilegais;*
 3. *Destinação de 10 milhões de hectares à proteção e uso sustentável;*
 4. *Concessão de financiamento sob critérios socioambientais;*
 5. *Transparência e eficiência às autorizações de supressão da vegetação;*
 6. *Suspensão de todos os processos de regularização fundiária de imóveis com desmatamento após julho de 2008.*
- O que motivou a seleção das ações foi o fato delas já terem funcionado no passado. De 2005 a 2012, reduzimos 80% o desmatamento da Amazônia, mesmo dobrando a produção de carne e grãos na região. Quase metade da queda registrada no período, pode ser explicada pela destinação das florestas públicas, uma vez que – mesmo quando destinadas para uso do setor produtivo – tendem a reduzir a grilagem. Com isso, é possível dizer que existe solução para o problema do desmatamento, contanto que haja vontade política, tanto no âmbito federal, quanto no estadual.

DEBATE - Como governos e setores podem atuar juntos pela queda rápida do desmatamento?

Moderadora Paula Bernasconi (ICV)

- Em 2006, a Lei de Gestão de Florestas Públicas marcou a descentralização da gestão florestal no Brasil. A partir desse momento, a instância estadual ganhou um novo papel em termos de políticas ambientais, especialmente no que se refere à gestão florestal, incluindo fiscalização e emissão de licenças. Considerando os avanços e dificuldades deste papel estadual desde então, temos três temas centrais para a conversa de hoje: o papel estadual no combate ao desmatamento; a implementação do Código, considerando todas as dificuldades dos estados em termos de recursos; as questões de transparência para que se possa distinguir o legal do ilegal. Vale pontuar que muito se fala do combate ao desmatamento a nível federal, mas pouco se discute a questão estadual e, nesse sentido, a Coalizão tem uma oportunidade interessante ao se aproximar destes atores.

Alex Marega – Secretário Adjunto Executivo de Meio Ambiente do Mato Grosso (Sema/MT)

- O foco da secretaria tem sido a regularização ambiental e o combate ao desmatamento ilegal e aos incêndios florestais. Somos parceiros de diversas organizações que atuam na esfera ambiental, as quais convocaremos, a partir de novembro, a contribuir na revisão do 'Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e Incêndios Florestais no Estado de Mato Grosso' (PPCEDIF/MT).
- Em julho de 2019, tivemos um boom da taxa de desmatamento, seguido do aumento nos incêndios florestais. Dado a gravidade do contexto, convocamos diversas agências para dar



uma resposta rápida à crise, contando também com o apoio das operações GLO (garantia da lei e da ordem) das forças armadas. Empreendemos um grande número de ações, entre elas a aplicação só em 2019 de 600 milhões de reais em multas, um aumento de 100% em relação à média histórica do estado. Ao final do período crítico, o governador Mauro Mendes deu a ordem para que este esforço fosse construído de forma permanente, o que nos levou a formar um núcleo de trabalho que conta com corpo de bombeiros, polícia civil, IBAMA, MPF, forças armadas, Funai e Incra entre outras agências. Em fevereiro, criamos o Conselho Estadual de Combate ao Desmatamento Ilegal e Incêndios Florestais no estado do MT, um grupo estratégico para planejamento de ações de combate ao desmatamento.

- No plano de ação de 2020 do CEDIF, estavam previstas várias aquisições estratégicas, inclusive de aeronaves. Contudo, não contávamos com a pandemia que levou ao redirecionamento de 50% do recurso previsto para combate ao covid e à necessidade de adiar ou ajustar diversas ações. Em linhas gerais, o plano, com orçamento de 22 milhões de reais, é organizado em torno de dois temas: controle do desmatamento ilegal e prevenção e combate aos incêndios florestais. Dentro destes temas, desenhamos seis linhas de ação:
- **Linha 1 – planejamento e gestão.** A primeira atividade dessa linha foi a criação do CEDIF. Dentro do CEDIF existem áreas direcionadas à captação e gestão de recursos, além do comitê do fogo e da sala de situação do desmatamento e incêndios florestais nos quais, entre outras atividades, nos dedicamos a acompanhar os alertas de desmatamento.
- **Linha 2 – monitoramento.** Em relação à quantificação do desmatamento, seguimos usando os dados oficiais do INPE. Contudo, a plataforma de monitoramento Plante auxilia no planejamento de ações visando impedir a consolidação do desmatamento. Algumas atividades importantes dessa linha são a melhoria do monitoramento dos planos de manejo e a construção de um centro integrado de monitoramento ambiental;
- **Linha 3 - responsabilização.** Profissionais da área do direito auxiliam a equipe a avaliar os autos de infração para que sejam julgados antes de prescreverem. Temos como objetivo eliminar o passivo de processos, de modo acelerarmos a responsabilização dos infratores;
- **Linha 4 – fiscalização.** As principais atividades dessa linha são a criação de bases avançadas de fiscalização, com apoio aéreo às equipes, além de apreensão de equipamentos das áreas de desmatamento, em caso de risco de continuação dos danos ambientais.
- **Linha 5 – prevenção.** Apesar do corte de recursos devido à pandemia, alocamos 40 veículos para o corpo de bombeiros e capacitamos mil soldados do exército, fortalecendo assim as operações de combate a incêndios. Além disso, dentro desta linha busca-se estabelecer um plano de prevenção completo para os municípios prioritários.
- **Linha 6 – comunicação:** Escolhemos os vinte municípios que mais desmatam e fizemos campanhas em outdoors, no rádio e na TV mostrando as ações que temos conduzido.
- De janeiro a setembro deste ano, o estado de MT aplicou mais de 1 bilhão de reais em multas, vistoriou remotamente 4,6 mil alertas de desmatamento, realizou mais de 2 mil autuações, embargou 3,2 mil km quadrados. Como resultado, o estado ficou muito atrás de outros grandes estados na alta da taxa de desmatamento.



DEBATE

- Todo esse esforço do estado só terá sentido se a informação for utilizada, seja pelos bancos na concessão de crédito, seja pela cadeia produtiva, na verificação destas áreas.
- O trabalho do estado do MT surgiu a partir da pressão do setor produtivo preocupado com sanções internacionais relacionadas ao desmatamento na região. No que se refere ao papel deste setor no combate ativo ao desmatamento, é fundamental a profissionalização das cadeias, como o que ocorreu na moratória da soja. Sabemos que grande maioria dos produtores são sérios e acaba prejudicada pelo dano de imagem causado pela ilegalidade.
- Quanto ao papel dos governos municipais, a descentralização da gestão ambiental sempre foi uma das nossas metas, mas precisamos ter em mente que os municípios não têm poder de polícia para liderar esse processo. Ainda assim, as prefeituras costumam apoiar a realização de nossas operações.
- No que toca a prevenção do crime ambiental, toda nossa estratégia é baseada em melhorar a nossa resposta em termos de tempo, de modo a evitar a consolidação do desmatamento. A maioria dos autos de infração gerados, foram feitos remotamente a partir dos alertas que recebemos, inclusive do Mapbiomas. Já a prevenção é mais complexa, pois precisaríamos de uma ferramenta que identifique o desmatamento no início de sua ocorrência.
- O orçamento atual de 25 milhões de reais parece pouco, mas considerando que nosso orçamento costumava ser 3 milhões, é um aumento considerável. Se os estados tiverem acesso a linhas de financiamento, poderemos fazer muito mais. Em termos de recursos para a continuidade do trabalho, no momento, temos apenas o próximo ano garantido.
- Nesse sentido, uma maneira que a Coalizão pode apoiar o trabalho dos estados – além de incentivar o setor privado a limpar as cadeias produtivas – é buscar o engajamento dos bancos na agenda do combate ao desmatamento e aos incêndios florestais.
- Para finalizar, no que refere a implementação do PRA, vale um histórico: o estado do MT foi o primeiro a instituir um registro ambiental, o MT Legal, cujo objetivo era cruzar o registro com imagens de satélite para checar se houve desmatamento. Em 2012, quando da aprovação do Código Florestal e do surgimento do CAR, já tínhamos 75% da área do estado cadastrada. Em 2017, tínhamos 113 mil cadastros no SiCAR, representando 83% da área do estado. Entretanto, ainda enfrentávamos dificuldade em validar o CAR, principalmente devido a seu caráter auto declaratório. Por essa razão, o estado do MT decidiu criar seu próprio sistema, mesclando o SiCAR e MT legal, com a determinação da obrigatoriedade de assinatura eletrônica para registro ambiental. Hoje o estado tem mais cadastros do que tinha quando utilizava o CAR. O mecanismo que criamos ainda prevê prioridade para imóveis com matrícula georeferenciada quando há sobreposição de áreas.